

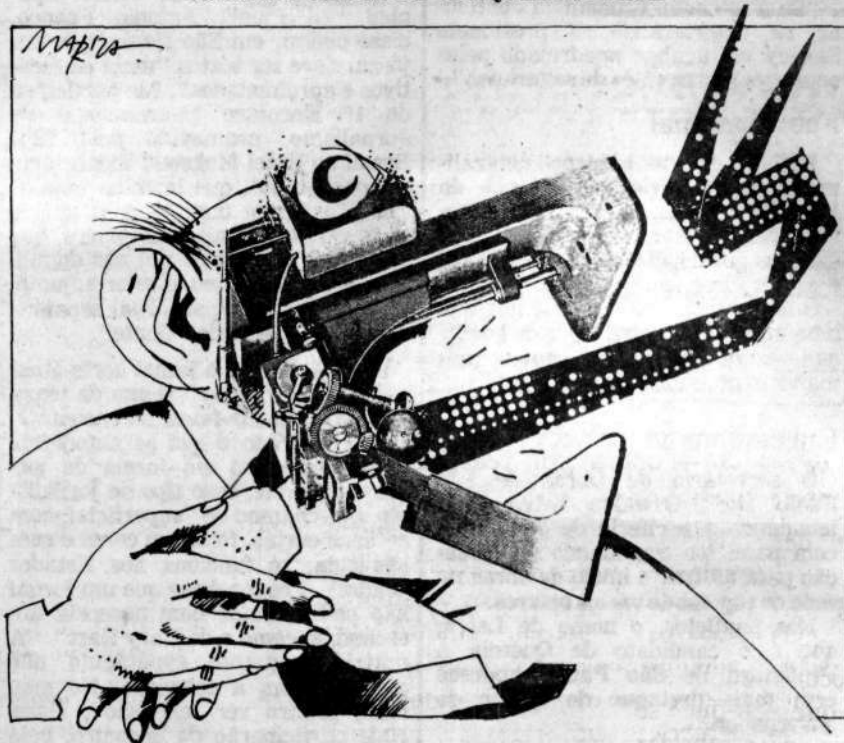
Tendências/Debates

Os artigos publicados com assinatura não traduzem necessariamente a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

A prosaica máquina de fazer futrica

ROGÉRIO CÉZAR DE CERQUEIRA LEITE

A comunidade científica está em pé de guerra. Em um mesmo saco foram jogados tradicionais e legítimas reivindicações de pesquisadores abusados pela burocracia relativa a importações e vagas de denúncias de ausência de uma política científica. Foram acomodadas reclamações sobre a degradação de salários de professores do Estado de São Paulo e protestos quanto à ausência de diálogo como o Ministério da Ciência e Tecnologia. Enfim, foi possível acomodar em uma mesma plataforma a esquerda e a direita, o individualista e o corporativista, o cientista puro e o aplicado, o ingênuo e o manipulador, o moderado e o ativista. Ou pelo menos esta é a aparência. A estratégia é bem conhecida de quem quer que tenha se ocupado de assembleias estudantis. Primeiro, reunir todas as insatisfações elegendo um adversário comum. E em seguida manobrar para o alvo desejado. Tudo bem, esta é a realidade da atividade política. Todavia, não podemos nos furtar a uma reflexão sobre a natureza do verdadeiro objetivo desse levante. Não há razões para duvidar da sinceridade da maioria dos reclamantes. Este é um período difícil da história do país, em que problemas tradicionais se agravam e outros são gerados. A recessão e o desemprego rondam a nação e um governo internamente enfraquecido parece pronto a capitular frente às pressões externas e abdicar da parcela residual de soberania que resta à nação. Uma triste mas inexorável contingência histórica! Sempre que um governo de um país em desenvolvimento perde o suporte da população ele acaba recorrendo a apoios externos em troca de concessões adversas ao interesse nacional. É preciso que nos armemos contra essa ameaça. Seria, neste momento crítico da Constituinte, justificável assediá-los os únicos baluartes que batalham pela integridade nacional neste governo? Não deveríamos nos perguntar primeiro o que a comunidade acadêmica e, antes de tudo, a sociedade brasileira, têm a perder com a desmoralização do Ministério da Ciência e Tecnologia? De imediato percebemos que esta pergunta não admite uma resposta muito simples. Para chegar lá



podemos, dialeticamente, nos propor uma questão alternativa. Quem ganharia com a desmoralização do Ministério da Ciência e Tecnologia? Embora uma resposta não devesse constituir alicerce definitivo para uma decisão ela pode nos orientar na direção de outras questões. É óbvio que os inimigos tradicionais da lei de informática, desde Roberto Campos até Ronald Reagan, chegariam ao orgasmo (embora seja difícil imaginar o feito concretamente). Qual não seria o regozijo dos Kissingers, dos Rockfellers, suas trilaterais, fundações transnacionais e agregadas brasileiras. Felizes também ficariam os membros do cartel de conglomerados multinacionais atuando no setor de química fina e mais especificamente no farmacêutico. Também os sanguessugas de Carajás, o cartel do alumínio, os detentores de patentes e "pools" genéticos na área de biotecnologia se sentiriam aliviados. E que não se sofisme com o argumento de que uma crítica construtiva só pode ser saudável. O manifesto das 51 associações de pesquisadores incluía, entre outras, a afirmativa de que não havia política científica nem diálogo,

que havia ameaças de êxodo de cientistas e condições inaceitáveis de trabalho nas universidades. O que mais se faria necessário, para desmoralizar uma administração?

Neste momento se trava na Constituinte uma verdadeira batalha em torno de alguns tópicos que já foram centrais nas preocupações da comunidade científica nacional. Estes problemas se cristalizam na luta por uma definição de empresa nacional. Se prevalecer a proposta reacionária que partiu da dissidência da Comissão coordenada por Severo Gomes e que foi elaborada por Roberto Campos, Delfim Netto e Guilherme Afif, extingue-se provavelmente a empresa de capital nacional e o nosso mercado será integralmente ocupado por empresas multinacionais, com o que se dispensaria qualquer geração de tecnologia no país tornando, "a fortiori", economicamente supérflua a pesquisa científica. Grupos de pressões de direita usando a mesma técnica do saco plurivalente, agregam interesses mesquinhos contra a reforma agrária, a educação pública, o monopólio nacional do petróleo, as empresas estatais em geral, e a

reserva de mercado. Enquanto isso a comunidade científica, manipulada por ações diversionistas, conscientes ou não, abandona suas posições passadas em uma jogada obscura, cujos objetivos últimos não são por todos percebidos.

Muito bem, já sabemos quem ganha e quem perde com as acusações em pauta. É inegável, por outro lado, que o conflito pode trazer alguns resultados concretos que venham suavizar o tradicional sofrimento do pesquisador brasileiro e que possa também forçar um diálogo desejável. Este é o lado positivo da questão. Resta ver se, neste momento decisivo da vida nacional, estes benefícios eventuais compensariam os claros prejuízos decorrentes do contundente ataque que se vem fazendo à atuação do Ministério da Ciência e Tecnologia, cujo desempenho no plano político parece ser reconhecido pela comunidade científica como satisfatório e cujos avanços orçamentários para a pesquisa são incontestáveis.

Outro aspecto interessante da investida contra o Ministério da Ciência e Tecnologia é a alta concentração de militantes ligados à USP e ao Cebrap. Esta última é uma organização de prestação de serviços, que foi incluída entre as cinquenta associações profissionais de acordo com uma lógica não muito clara. Ninguém disputa a responsabilidade da USP no que diz respeito à liderança científica nacional. Mas não deixa de causar um certo desconforto o fato de que nenhum cientista da Unicamp ou da Unesp tenha se pronunciado espontaneamente. Também não há notícias de que, em outros Estados, o movimento encontre apoios espontâneos, a despeito do fato de que as cinquenta associações profissionais se estendam por todo o território nacional onde as condições são ainda muito mais adversas do que na USP. Condena-se o clientelismo, o que em princípio é indisputável. É preciso, entretanto, não substituir este malefício por outro maior, o corporativismo.